

*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

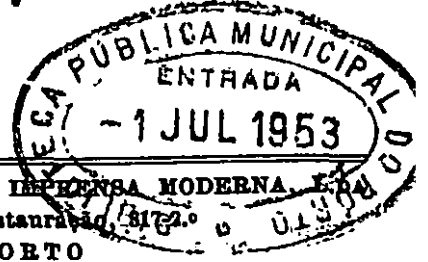
BEN-ROSH

הַלְפֵי דָ

*... alumia-vos
e aponta-vos o
caminho.*

BEN-ROSH

(HA-LAPID)
O FACHO



DIRECT. E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)
Redacção na Sinagoga Kadoorie Mekor Haím
Rua Guerra Junqueiro, 840 — PORTO

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA MODERNA, S.A.
Rua da Restauração, 817.º
PORTO

HA-TIKVAH

(A ESPERANÇA)

*Enquanto bater o nosso coração,
O anseio de Israel nunca há-de acabar
E nunca o Oriente deixará de olhar
Sempre a sonhar com as terras de Sião.*

*A nossa esperança ainda não morreu,
A nossa esperança é sempre mais e mais!
Queremos voltar ao lar de nossos pais,
Pátria sagrada onde David viveu!*

*Na vossa alma, Irmãos, guardai bem a herança
Que todos os profetas nos têm legado:
— Quando o último de nós tiver tombado,
Só então tombará a nossa Esperança!*

*A nossa esperança ainda não morreu,
A nossa esperança é sempre mais e mais!
Queremos voltar ao lar de nossos pais,
Pátria Sagrada onde David viveu!*

15-5-1953

HANID ESTELA

(Adaptação da letra inglesa)

RAPSÓDIA EM SAUDADE

Acabamos de falar, espiritualmente, com ele, com Uriel da Costa, esse pensador complexo que, segundo Darff e Pierre Kaan, «viveu profundamente e com grande paixão *as duas maneiras* porque a Humanidade tem interpretado o seu destino... uma pela qual ela tenta colocar-se com toda a lucidez em frente de si mesma, a outra em que ela ousa julgar o *seu nada* pela presença infinita, esmagadora, de Deus».

Representado por publicações que falam de si, e por trabalhos que o seu génio concebeu, tivemos-lo, durante alguns momentos, em contacto connosco, depois de o arrancarmos da estante desarrumada. Através da arte de Gutenberg, revimos, em imaginação, a vida de Uriel da Costa; assistimos ao seu nascimento, ali em Cedofeita; acompanhamo-lo, quando estudante de Cânones em Coimbra, nos bancos da velha Universidade; estivemos com ele, quando já formado em direito canónico, na Colegiada de Cedofeita; compartilhamos das suas inquietações que o levaram a abandonar o País; vimo-lo na Holanda, onde com toda a família fez a sua profissão de fé judaica, e revoltamo-nos ao assistirmos à maneira vil como Uriel é tratado pelos seus correligionários de Holanda.

Acompanhamo-lo no seu novo êxodo para Hamburgo e arrepiamo-nos ao vê-lo escrever essa carta patética, impressionante, que intitulou — *Exemplar Humanae Vitae*, na qual descreve a tragédia da sua consciência.

Vemo-lo no seu gabinete, bem mobilado, sentado numa cadeira de espaldar, tendo diante de si um in-fólio. Pela sua atitude depreendemos que faz contas com a vida. Curvado, alquebrado, fixa alguma coisa de invisível. Nem sequer ouve o que diz o pequenito de cabelo louro, que colocado nos seus joelhos, se encosta ao ombro. É Espinosa, sobrinho de Uriel. Com a mão direita, a criança toca numas flores frescas que formara na mesa. Da esquerda escorregam outras já meias murchas. Nessas talvez incida o olhar vago e desesperado de Uriel. E o pequeno de

cabelo anelado, recitou os seus conceitos relativos às flores, conceitos espiritualmente gongóricos como os de Ledesma:

«¿Sabeis, tio, como distingo as flores frescas, direitinhas nas suas pequenas hastes, destas já ressequidas? As frescas são ideias, as outras conceitos. Naquelas é o criador que pensa. Nestas é o homem que percebe. É como a diferença está apenas no perfume e na fresca cor, isto é, na vida, eu chamo «Deus, Vida e Ser. E sem essa Vida, esse Ser, as flores que murcharam já não são flores. São meros conceitos, nada mais».

Momentos depois Uriel põe termo à vida. Assistimos ainda à sua agonia e, por fim, acompanhamo-lo à última morada — onde poucos o levaram e deixaram com sincera e profunda sinceridade.

*

* *

Apesar do nome de Uriel ter atravessado fronteiras e se ter firmado no estrangeiro, foi lançado pelos seus compatriotas na vala comum do esquecimento.

Ainda que se não possa considerar Uriel um grande filósofo ou um profundo teólogo, a sua obra tem contudo traços curiosíssimos que levaram os críticos a afirmar que este ilustre portuense foi sem dúvida, em mais de um passo, o inspirador de Baruch Espinosa.

Português, afidalgado pela fortuna e pela educação, nascido no Porto, segundo alguns autores, em 1584 era Uriel da Costa, filho de cristãos-novos. Formado em Direito Canónico, óptimo latinista, familiarizado com as obras-primas do paganismo mas também do renascimento, Uriel tinha alma profundamente religiosa, e coração bondoso, isento de egoísmos. De temperamento apaixonado, impulsivo, mas de mentalidade racionalista, incapaz de conservar e deixar amadurecer de vagar, no foro íntimo do seu peito, as suas convicções e fantasias. Sério e sincero, vemo-lo sempre disposto a confessar, sem reservas, ficção ou mentira, tanto as hesitações da sua consciência como as dúvidas da sua

Por terras de Amaranho

HORRÍVEL CRIME DE HERESIA!!!

Camilo Castelo Branco, no seu romance histórico *O Judeu*, onde trata da trágica vida do comediógrafo António José da Silva, refere-se a um livro intitulado *Sentinelas contra Judeus*, do qual transcreve algumas passagens. Consegui obter para a minha biblioteca de trabalho um exemplar da 1.^a edição em língua portuguesa dessa obra. No frontispício lê-se o seguinte:

CENTINELA
CONTRA
JUDEUS

Postaem a Torre da Igreja
de Deus
oferecida

A Virgem S. N.

Com o trabalho do Padre

Fr. Francisco de Terregonsilho

Pregador jubilado da Santa Província de
S. Gabriel dos Descalços da Regular
Observância de Nosso Seráfico S. Francisco.

Traduzida em Português

Por Pedro Lobo Correia, escrivão da
Contadoria Geral de Guerra, & Reino.

LISBOA

Na oficina de João Galrão

M. D. C. LXXXIV.

Com todas as licenças necessárias.

A' custa de Manuel Lopes Ferreira,
mercador de livros.

razão, e os argumentos que ambos lhe surgiram contra os transcendentalismos.

Impressionado pelo nobre desejo de pôr em harmonia os seus actos com as suas ideias, virou, já homem feito, as costas ao cristianismo porque o judaísmo do Deus uno — e não trino — se lhe afigurava mais simples, racional e perfeito.

AMILCAR PAULO.

No capítulo XI deste livro intitulado *Das diferenças que há de judeus assinalados por Divina Providência* a pág. 171 pode ler-se o seguinte:

«Digo pois que há muitos assinalados Pela mão de Deus, depois que crucificaram a Sua Divina Majestade, uns têm uns rabinhos que lhe saem de seu corpo do remate do espinhaço;...»

E a pág. 173:

«Os que tem os rabinhos no remate do espinhaço, são por linha direita descendentes daqueles que entre eles eram Mestres, a quem chamavam Rabbis, e nós nomeamos Rabinos; estes se assentavam a julgar, e hoje ensinam sua lei, como mestres, e juizes, e para pena sua, e que assentados nãz possam estar sem moléstia, e trabalho, lhes saem aqueles rabinhos no próprio lugar que lhes pode causar penalidade».

Além destas muitas e desvairadas coisas deste género nos diz este frei Francisco que se fartou de meter o nariz por muitas partes a fim de melhor informar os seus leitores.

No capítulo XII do seu livro e a pág. 199 da sua tradução portuguesa este interessante Frei Chico, ou melhor porque é espanhol, Frei Paco nos fala dum crime horrível de heresia praticado por uma amarantina, que por sinal era muito formosa.

E aí vai a narração do caso, que é de arrepiar os cabelos a quem Deus dê a ventura de possuí-los e tê-los. Dou a palavra a Frei Paco:

«Em Amaranho, Vila de Portugal, tenho ouvido dizer a pessoas fidedignas que lançaram uma menina de pouco nascida à porta de um homem principal chamado Pedro de Mendonça; criou-a ele, e crescendo em sua casa, foi descobrindo em seu rosto grande formosura, sem nunca se poder saber cuja filha era. Dela se afeiçoou um pagem de sua casa, e uma noite secretamente e às escondidas, com maus intentos entrou em seu aposento com tenção de a gozar e quando a moça se foi recolher e deitar, viu o pagem e a

ESBOÇO DUMA DOCTRINA JUDAICA

por DAVID BERMAN, RABI DA COMUNIDADE DE BRUXELAS

(Continuação do número 150)

II — Ciclo Anual

I — Santidade em exercício: As Três Festas

II — Santidade geradora: As grandes Solenidades

I — Três Festas

CAPÍTULO IX

Exercício da Santidade no ciclo anual

Nós vimos, no período semanal, como cada dia era rodeado e atravessado pela santidade, e como, no fim da semana, um dia era inteiramente consagrado a renová-la. Nós reencontramos este mesmo método para o ano. Depois do período semanal, a vida humana e a da natureza torneiam no circo das estações; ela desperta na pri-

mavera, atinge toda a sua energia no estio, declina no outono, e dormita até ao próximo despertar. Cada uma das fases é solenizada por festas: a das espigas (Páscoa), a das primeiras searas (Pentecostes), e a das últimas colheitas (Sukoth, Cabanas).

Neste ciclo astronómico veio introduzir-se um outro que nós chamaremos: ciclo moral; este começa no momento em que o outro inaugura o seu sétimo mês. Um período de Dez Dias de Exame de Consciência se abre pela solenidade de

primeira coisa que fez, foi tirar de um cofre um Santo Cristo, e açoutá-lo cruelmente.

Confuso o moço, e admirado com o segredo, e cautela com que entrou tornou a sair, dando no dia seguinte conta a seu senhor, e amo, assim de seu mau propósito, como do que havia visto, conhecendo-se daqui que seu mal sangue, e pior natural as obriga àquilo».

E nada mais nos diz o Frei Paco, nem sequer se a moça recebeu algum castigo pelo seu acto, o que nos faz crer que não constava ter sido punida.

Agora, amigos e Senhores leitores, vamos julgar este horrível caso. Está provado que em Amarante havia nesse tempo uma moça bonita, mas de má raça e talvez de pêlo na venta, possivelmente aparentada com a célebre padeira de Aljubarrota, que à noite quando foi para o quarto abriu um cofre ou melhor dito um armário, donde tirou para fora, não Miguel de Vasconcelos, mas um santinho que lá estava escondido. Frei Paco diz um santo cristo e está bem, pois é vulgar nessa terra ouvir qualquer

mulher dizer a um homem que passa: «ó Santinho, ajuda-me a pôr este cesto à cabeça, etc.». Quanto à palavra cristo vem do latim *Christus*, de grego *Khistos* e por sua vez é da tradução da palavra hebraica *Mashiah*, que significa ungido, ora o tal santinho que estava dentro do armário tinha sido ungido quando fôra baptizado.

A bela moça tirou o santinho do armário e deu-lhe muitos açoites. O pagem não tugiou nem mugiu durante essa cena e só no dia seguinte foi contar o caso ao seu amo e senhor dum modo bem architectado.

Convencido estou de que o pagem ficou tão impressionado com a incrível acção da linda moça de má raça que durante alguns dias apresentou algumas esmurradelas.

Forasteiros que ides a Amarante tende cuidado porque ali há moças bem bonitas e podem mostrar que são de má raça se vós tiverdes qualquer mau atrevimento com elas.

A. C. DE BARROS BASTO.

Rosh Ha-Shanah e se termina pela de Kipur. E como a influência destas festas continua a exercer-se até ao seu retorno anual, é este período que os fiéis tomaram o hábito de contar pelo ano; de lá vem que o primeiro dia deste período se tornou o primeiro do ano (Rosh Ha-Shanah).

A' medida que o judaísmo tomava consciência de si próprio, e que os seus sentimentos eram atizados pelos obstáculos acumulados para o destruir, um sentido novo se enxertou sobre o antigo sem o suprimir: foi assim que a festa das espigas (Hag Ha-aviv) se tornou a da libertação do jugo do Egipto (Zeman Heruthenu), que o símbolo da passagem do inverno para a primavera (Pessah) se tornou o da protecção das casas judaicas sobre as quais Deus passava sem maltratar; é assim, igualmente, que Pentecostes deu à sua razão primitiva um sentido histórico: o aniversário da promulgação do Decálogo, e que Rosh Ha-Shanah é tornado o da criação. Nós vamos passar em revista rapidamente cada uma destas diferentes festas que santificam o ano.

CAPÍTULO X

Páscoa

A festa de Páscoa, onde ela é observada, desenvolve uma atmosfera especial: toda a vida normal, as preocupações habituais, parecem relegadas num mundo *hamets*, aquele onde se come o pão levedado, e que é na Páscoa o que a impureza é na pureza. Durante os oito dias que dura esta festa, Israel não quer ser perturbado pela vida de cada dia: ele quer viver com as suas recordações as mais profundas. Ele quer se recordar que, tal a natureza quebrando a sua prisão hibernal, assim Israel safu da escravidão egípcia; e, celebrando esta libertação, condição do seu renascimento para a vida, ele recorda todas as libertações que vieram salvá-lo nos tempos mais desesperados (Be-Khol vador-Hagadah).

Estas razões históricas não teriam bastado a dar-lhe o lugar privilegiado que ela ocupa. Se ela adquiriu uma tal importân-

cia, é menos por ter salvo o povo judeu, que o génio judeu, o mais ardente promotor da santidade no mundo. «Deus livrou Israel do jugo egípcio a fim de que ele tenha a possibilidade de se elevar em santidade» (Lev. XI, 45). A recordação dos sofrimentos sofridos no Egipto não é mantida com o fim de inspirar um fanatismo exaltado que certos dos nossos contemporâneos vão até considerar como sagrado; ele não tem outro fim senão de nos impelir a poupar aos outros um servilismo de que nós conhecemos todo o azedume. «Se o teu irmão, por um revés de fortuna, chega a vender-se como escravo por Ti, não o trates como um escravo; que ele fique em tua casa até ao Jubileu a Título de hóspede ou de mercenário» (Lev. XXV, 39). Vítimas do egoísmo dos senhores egípcios, tendo aprendido à nossa custa a conhecer o preço da generosidade, usemos dela largamente para os outros: «Colhendo as vossas azeitonas ou trazendo as vossas vindimas, não volteis atrás para apanhar o que podeis ter esquecido, deixai-o para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva, em recordação da saída do Egipto» (Deuteronomio XXIV, 22).

Estas prescrições não foram ditadas unicamente em benefício dos Israelitas; não só o estrangeiro não é excluído, mas o egípcio tem o mesmo direito às mesmas atenções (Deut. XXXIII, 8). A recordação da saída do egipto inspirou uma legislação toda baseada sobre o respeito da personalidade humana e da justiça social.

CAPÍTULO XI

Pentecostes

Depois da Páscoa, a santidade atravessa o ano judaico pela festa das Sete Semanas ou Pentecostes (Shabuoth).

Esta festa, que foi na origem a das primeiras colheitas dos cereais (Hag ha-bicurim), tornou-se, por uma evolução análoga à da Páscoa, a festa das primícias da vida espiritual, a da promulgação da Lei do Sinai (Zeman matan Torathenu). Aos descendentes de Israel afinados por séculos de cultura moral, a simples santi-

UMA CARTA-LEI DE POMBAL

POR MANUEL MENDES

Há já alguns anos, nas colunas deste mesmo jornal, lembrei que a data de hoje devia ser para nós, portugueses, um motivo de júbilo e, se possível, de orgulho. E' de 25 de Maio do ano de 1773 a carta-lei do Governo pombalino, que para sempre extingue as terríveis diferenças de condição entre cristãos velhos e novos. Após quase três séculos de persistente e impiedosa sanha contra os indivíduos de «sangue impuro», contra a «nação» de Israel, um vento de tolerância começa a soprar sobre a terra portuguesa. Dado este primeiro passo, em breve a sombra do Santo Officio se extinguirá para sempre, e com ele o seu infindo cortejo de mártires, de perseguidos, de difamados. A queda do nazismo, regime caracterizado pela maior e mais bárbara fúria que ainda sofreu o povo eleito, fez-me então lembrar esta data e o decreto de Pombal. Agora, é a fundação dramática da pátria do povo errante que de novo nos vem recordar. Não vos deve, portanto, parecer despropositada esta insistência, que afinal se resume a meia dúzia de palavras de lembrança, embora as inspire esse sentimento de júbilo verdadeiro.

Por toda a Europa culta, no século XVIII, a acção e os feitos da Inquisição eram àsperamente criticados. O espírito livre e o racionalismo dos homens de setecentos não podiam ver com bons olhos o Santo Officio. Alguns grandes escritores, e entre eles Voltaire, por exemplo, denunciavam ao mundo as suas violências, e a sua terrível e sanguinária intolerância. Nesses escritos, o Tribunal da Fé era dado como exemplo do mais completo fanatismo. De resto, tanto os inquisidores haviam pregado, tamanha e tão teimosa era a sua vi-

ficação do pleno estio pareceu insuficiente para justificar um *apelo de santidade* (Micrah Kodesh), e eles lhe ajuntaram a ideia da colheita de que Israel é mais orgulhoso, a colheita moral da THORAH, fruto divino, brotado na terra fecunda de Israel.

gilância, e, ao mesmo tempo, os foragidos que procuravam asilo nos países do norte da Europa mostravam tais e tão brilhantes qualidades de trabalho e de engenho, ganhando assim fama, que por toda a parte o nome de português era tido como sinónimo de judeu. Nestas circunstâncias criara-se ambiente para uma autêntica campanha internacional contra a obra de «purificação» racial e religiosa a que se entregavam os juizes da inquisição. Nessa época, o Santo Officio era considerado como uma mácula que atingia a nação inteira, uma vergonha nacional.

Estes clamores do mundo não podem ter sido estranhos à decisão de Pombal, por muito duro e violento que haja sido o seu carácter, a sua indiferença pelo que dele podiam pensar os outros. No entanto, já nas palavras dos políticos e intelectuais portugueses que haviam desbravado e preparado o caminho para a sua administração, a repulsa por esta espécie de perseguições é patentemente formulada. Também da parte de muitos e dos melhores dos portugueses se ouvia o mesmo clamor e os mesmos protestos. O grande D. Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão, por exemplo, tomaram uma posição nitidamente tolerante em face do problema. Aqui, como em outros passos do seu governo, o ministro de D. José I ouviu e acatou os conselhos dos mestres.

E' sabido que durante muito tempo Pombal aceitou e serviu o Tribunal da Inquisição. Sabe-se até, de fonte segura, que foi seu «familiar». Mas o que também não pode haver dúvida nenhuma, é que, após mais de dois séculos de libérrima, arbitraria e cruel soberania sobre as consciências dos homens portugueses, foi Pombal que lhe deu o golpe de misericórdia, que de uma vez para sempre lhe tirou toda a virtude e todo o poder. E a varinha mágica que fez este milagre foi o decreto ou carta-lei de 25 de Maio de 1773.

Por essas disposições legais ficava proibido que em público ou em particular se usasse qualquer designação depreciativa

(Continua).

referente aos indivíduos de origem judaica, e aos contraventores era aplicada a pena de açoite e de degredo, sendo piões; para os nobres, a perda de empregos ou pensões; e o extermínio do reino, se fossem eclesiásticos. A lei argumentava que anteriormente a haver sido estabelecida a distinção entre os sangues cristão e hebreu, haviam sido raros os apóstatas. A perseguição, ao contrário do seu intento, fizera crescer de uma maneira assombrosa o número destes, facto que só por si bastaria para justificar a providência tomada. O mal era atribuído, portanto, à repressão, e o legislador defendia a doutrina de que com o facto de se pôr termo a tão violenta tirania, forçosamente tinha de se verificar uma incontestável melhoria.

Um ano mais tarde, era ampliada a lei, com a abolição pura e simples da infâmia que até aí fôra atribuída aos que prevaricavam em questões de fé religiosa. Pelas novas determinações, os apóstatas que ao confessarem o seu delito se reconciliavam com o Santo Officio, não poderiam continuar a sofrer de qualquer mácula, nem muito menos proibidos do exercício de officios ou dignidades, e sobretudo ficariam livres de «mancha» os seus descendentes. Ao filho nunca poderia caber pena pelos erros do pai. Não mais seria possível que uma penalidade ou um castigo se prolongasse por gerações e gerações, pondo à margem da vida nacional o descendente de um indivíduo que um dia, não importava quando, tivesse sido incriminado. A lei deixava de falar aos cidadãos como o lobo da fábula ao cordeiro: — Não foste tu mas foi teu pai. A infâmia cairia apenas sobre os condenados à morte, os impenitentes, a quem seriam confiscados os bens — preceitos estes estatuidos pelas leis civis.

Assim foi arrancado ao Tribunal da Inquisição o seu incontestado poderio, a sua feroz independência.

Desde que tais disposições foram tomadas, pode-se bem dizer que o Santo Officio acabara em Portugal, e uma nova era de tolerância e de respeito pela livre consciência nascia.

Deve-se ao governo de Pombal este alto benefício que nos dignificou aos olhos do mundo. Três anos passados sobre este decreto, em 8 de Maio de 1775, foi possí-

vel o soberano agraciara com o hábito de Cristo a um seu vassalo que tinha sido «infamado», antigo réu confesso de judaísmo, que vestira o «sambenito» e abjurara em forma no auto público de 16 de Outubro de 1746. A quantos não teria parecido sacrilégio esta mercê real? Mas os tempos eram já outros, mais livres, mais abertos.

Muitas das leis de Pombal vieram a ser abolidas ou negadas depois da sua morte. Esta, porém, vingou. Data desse dia longínquo de Maio de 1773 o termo da era de suspeição e martírio que em Portugal pesou sobre a «nação» hebreia. Não mais seria «infame» o nome de judeu, para alívio das consciências rectas e livres. Seria igual a condição de todos os portugueses, como seriam iguais as suas garantias, sem ter em conta nem a raça, nem o credo. Embora tarde, a tolerância vingava do fanatismo. E' um dia que conta na luta pela emancipação do nosso espírito. Mais de duzentos anos de iniquidades e violências de toda a ordem haviam cessado.

Neste momento, em que o povo de Israel combate e sofre por ganhar a pátria que deseja e merece, não será por certo descabida esta lembrança.

Da *Republica*, 25 de Maio de 1948.

Solenidades em 1953

Purim — 1 de Março

Pessah' — 31 de Março

Shabuoth — 20 de Maio

9 de Ab — 21 de Julho

Rosh Hashanah — 10 de Setembro

Kipur — 19 de Setembro

Sukoth — 24 de Setembro

Hanukah — 2 de Dezembro

Visado pela Comissão de Censura

MEMÓRIAS

da Literatura Sagrada dos judeus portugueses desde os primeiros tempos da Monarquia até fins do Século XV

MEMÓRIA I

POR ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS

CONTINUAÇÃO DO N.º 149)

CAPÍTULO IX

Dos Livros Sagrados e seus Comentadores impressos nas Tipografias Hebraicas de Portugal

No século XV imprimiram os nossos Judeus Portugueses alguns Livros Sagrados, e seus Comentadores de maior reputação, com o que muito concorreram para o adiantamento da Literatura Sagrada, que começou a florescer entre nós por estes Tempos.

Duas edições do Pentateuco. I Edição — Primeiramente fizeram neste Século duas edições do Pentateuco Hebraico. A primeira foi com os Comentários do Espanhol R. Moseh Bar Nachman escritor do Século XII em duas colunas com caracteres Rabínicos da figura dos que se usavam em Espanha, a qual foi feita nas casas de Rabbi Tzorba, e de Rabban Eliezer em o ano 249 (de C. 1489) am fol., e consta de 199 folhas (Jablounsk tinha um exemplar, que viu Wolfio para formar a descrição, que dele fez, que com razão lhe chama *raríssimo*, *Bibl. Hebr.* tomo IV pág. 92. Falam desta edição João Bernardo de Rossi na *Indag. da História crítica da origem da Tipografia Hebraica*, pág. 35 e José Roiz de Castro na *Biblioteca Espanhola*, pág. 99. Ela é diversa da outra de 1490, feita em Nápoles na Oficina de R. Arba, que Wolfio e Marchand confundiram com esta, como já notaram Rossi e Castro. Pelo que se deve

corrigir o lugar da erudita obra das *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* na nota ao § XIV do Apêndix, pág. 118, em que se adoptou a equivocação de Wolfio e de Marchand); pelo que foi esta obra impressa doze anos depois das duas primeiras e mais antigas edições de Livro Hebraico, que até agora tem aparecido (isto é doze anos depois que se publicou o *Comentário Rablagiano* de Rabbi Levi Gerson a Job em Pisauro por Abraham filho de Rabbi Chaüm, tipógrafo em 1477, e o *Psaltério Hebraico* com os *Comentários* de Kimchi, poucos meses depois, que são as duas primeiras e mais antigas edições, que tem até aqui aparecido de Livro Hebraico. «Rossi, *De Hebr. Tipogr. origine*, cap. I, págs. 5 e 6).

Pode ser que também fosse impresso em Lisboa o outro *Pentateuco* com o *Targum* e *Comentários* de jarchi em folha, que não tem nota de ano, nem lugar de impressão; edição por certo mui gabada de esplêndida, que tem sido desconhecida dos Bibliógrafos, à excepção de João Bernardo de Rossi, que dela fala; o qual diz ter um exemplar em pergaminho, que lhe dera o doutíssimo brevenna, com o texto impresso em caracteres quadrados com pontos e acentos, que lhe parecia ser o mesmo que o de Lisboa de 1489, posto que o carácter era mais cansado, e o de Lisboa mais novo e nítido e tinha além disso suas diferenças em algumas coisas. *Specim Variar. Lect. Pontif. Cod.*, pág. 8, e o cap. IX das *Edições Desconhecidas* pág. 140.

(Continua).